



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

RELATÓRIO
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

2010-2014

**Belém – Pará
Janeiro /2015**

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2014

A criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2004, como órgão de coordenação e controle externo do Poder Judiciário Nacional teve, como uma de suas principais consequências, a introdução do processo de planejamento estratégico nos Tribunais.

A partir de 2009, com a edição da Resolução do CNJ n.º 70/2009, de 18 de março de 2009 foi instituído o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional, tornando obrigatória a utilização do Planejamento Estratégico como ferramenta de gestão por todos os segmentos de Justiça.

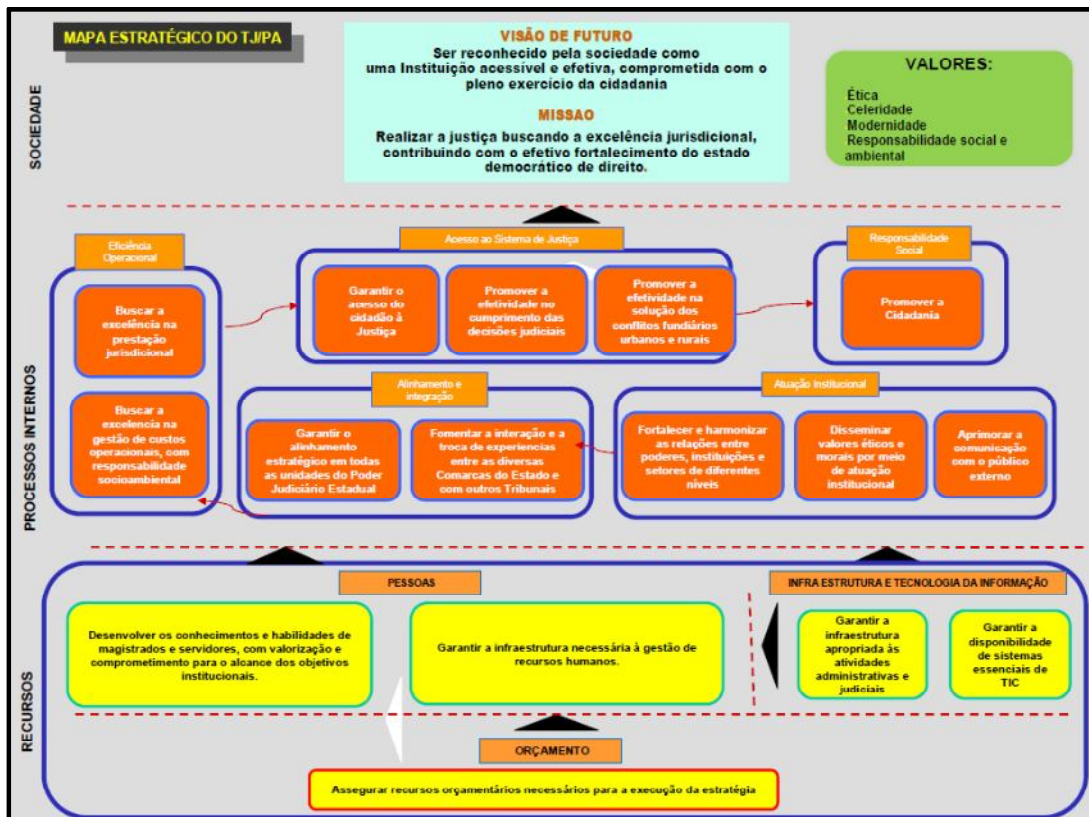
O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) aprovou, por meio da Resolução n.º 27/2009-GP, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará para o período de 05 anos (2010-2014), alinhado as orientações estabelecidas pelo CNJ no Plano Estratégico Nacional.

O Poder Judiciário Nacional adotou o *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta metodológica na construção e monitoramento do Planejamento Estratégico 2010-2014, com estipulação de objetivos estratégicos, metas e indicadores. O TJPA construiu o Plano Estratégico 2010-2014 seguindo a referida orientação metodológica.

O Plano Estratégico 2010-2014 é composto de 08 temas, distribuídos em 16 objetivos estratégicos (desafios a serem alcançados) e ações estratégicas, divididas por perspectivas de resultado para a sociedade, processos Internos e recursos. Foi ainda estabelecida a missão (razão de ser), visão (expressa a situação desejada) e valores (crenças básicas) do TJPA.

O Mapa Estratégico para 2010-2014, a seguir, representa graficamente a estratégia definida pelo TJPA para o alcance dos resultados pretendidos, numa relação de causa e efeito, que evidencia os desafios que devem ser superados para concretizar a missão e a visão de futuro:

MAPA ESTRATÉGICO TJPA 2010 - 2014



Fonte: TJPA/SEPLAN

2. Resultados Alcançados

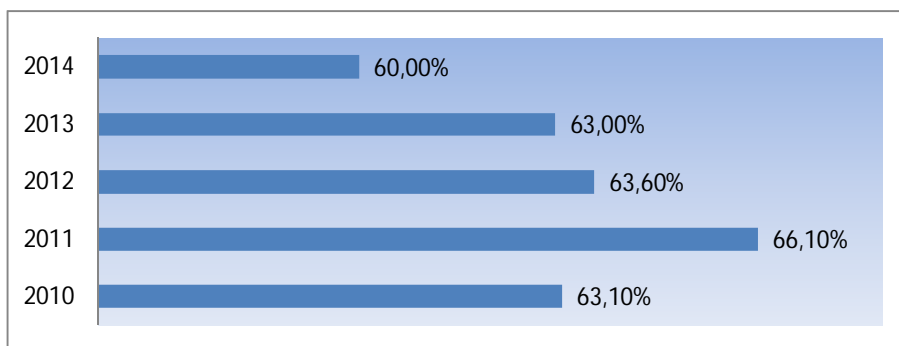
TEMA:	Eficiência Operacional
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:	Buscar a excelência na Prestação Jurisdicional
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Assegurar a agilidade na tramitação dos processos judiciais.
META:	Reduzir em 25% a taxa de congestionamento processual do Poder Judiciário, sendo 5% a.a.
INDICADOR	Taxa de congestionamento do Poder Judiciário Estadual
Fórmula de cálculo:	Total de processos judiciais baixados no ano / somatório dos casos novos no ano em análise e os casos pendentes do ano anterior, mensurado semestralmente.

DESEMPENHO

Em 2010 a Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual situou-se 7,94% acima do índice esperado (51,1%); em 2011 ficou 10,29% acima do índice esperado (46,1%); em 2012 ficou 10,47% acima do índice esperado (41,1%) e em 2013 ficou 11,87% acima do índice esperado (36,10%) e em 2014 ficou 11,58% acima da meta estabelecida, ou seja, a meta de reduzir a Taxa de Congestionamento processual do Poder Judiciário em 5% a.a não foi alcançada, assim como a meta de reduzir a respectiva taxa em 25% no total dos cinco anos.

A taxa de congestionamento para o ano de 2014 foi estimada (no mês de outubro) e leva em consideração que o número de processos baixados e o de casos novos encerrarão o ano com os seguintes quantitativos, respectivamente: 360.642 e 258.624 processos. A estimativa de 60% também considera os resultados esperados da Recontagem de Processos em vigor em todas as unidades judiciárias do estado. Esse procedimento é resultante do esforço realizado pelo Grupo de Trabalho Justiça em Números.

**TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
2010-2014**



Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Eficiência Operacional
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais com responsabilidade socioambiental
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Garantir o aprimoramento da utilização dos recursos a partir da gestão dos custos operacionais, com ênfase na responsabilidade socioambiental, tendo em vista a ausência de política institucional de gastos, impossibilitando o controle dos custos, inclusive no que se refere aos relativos ao meio ambiente.
META:	Reduzir em 40% o índice de custo operacional sendo 10% a.a. nos anos 2010, 2011, 2012 e 5% a.a. nos anos de 2013 e 2014
INDICADOR	Índice de custo operacional do Poder Judiciário
Fórmula de cálculo:	Total dos custos operacionais (área meio e área fim) / custo total do Poder Judiciário, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Indicador sem mensuração, tendo em vista que o sistema de Gestão de Custos não foi implantado pelo TJPA.

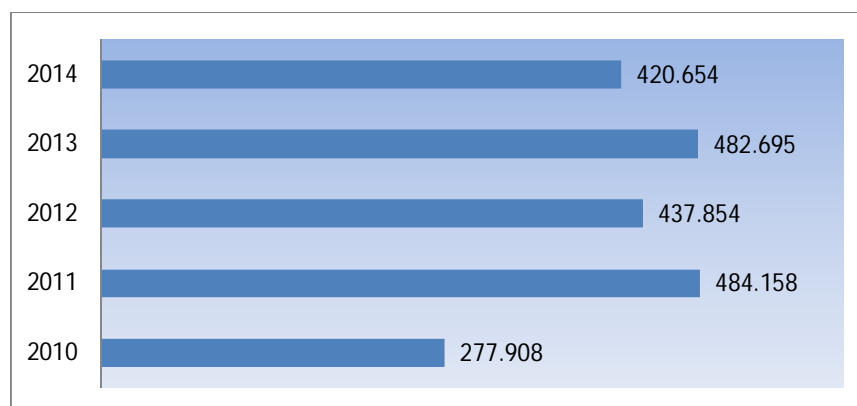
TEMA:	Acesso ao sistema de justiça
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:	Garantir o acesso do cidadão à justiça
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Facilitar o acesso à Justiça garantindo a equidade no atendimento aos jurisdicionados, tendo em vista as dificuldades de acesso à justiça da população de menor poder aquisitivo e também aquelas que estão socialmente excluídas.
META:	Ampliar em 25% a prestação jurisdicional em todo o território estadual, sendo 5% a.a.
INDICADOR	Número de pessoas com acesso à justiça
Fórmula de cálculo:	Número de pessoas atendidas pela justiça estadual. no ano-base, considerando como partes demandantes (autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Em 2010 o Número de Pessoas com Acesso à Justiça ficou 1,63% abaixo do índice esperado (282.500); em 2011 ficou 63,22% acima do índice esperado (296.625); em 2012 ficou 40,58% acima do índice esperado (311.456); em 2013 ficou 47,60% acima do índice esperado (327.029) e em 2014 (estimado) de 22,50% ou seja, com exceção do ano de 2010, nos demais anos, a meta de ampliar a prestação jurisdicional em todo o território estadual em 5% a.a foi alcançada, assim como a meta de ampliar a respectiva prestação jurisdicional em 25% no total dos cinco anos.

Cabe destacar que no período 2010-2014 foram atendidas mais que o dobro da meta estabelecida, o que demonstra o esforço empreendido pelo TJPA na ampliação de acesso à justiça.

NÚMERO DE PESSOAS COM ACESSO À JUSTIÇA 2010-2014



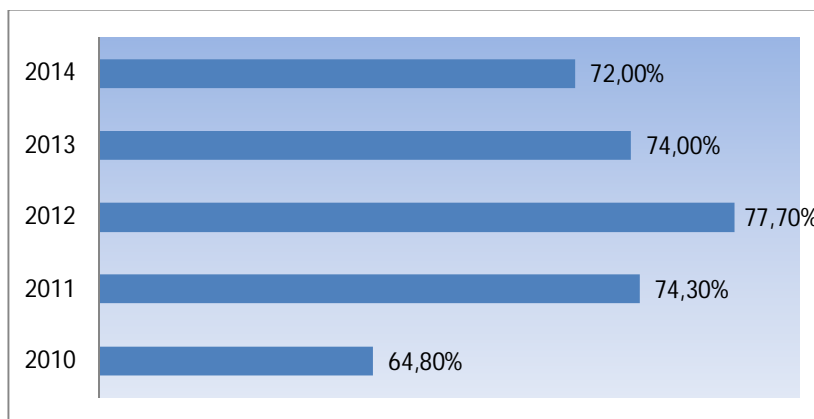
TEMA:	Acesso ao sistema de justiça
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Disponibilizar os meios e instrumentos necessários para o cumprimento das decisões judiciais em tempo razoável, tendo em vista o excessivo tempo para a efetiva execução da sentença.
META:	Reduzir em 20 pontos percentuais a taxa de congestionamento na fase de execução, sendo 4 pontos percentuais ao ano.
INDICADOR	Taxa de congestionamento na fase da execução (1º grau e juizados especiais)
Fórmula de cálculo:	Total de execuções baixadas no 1º grau e nos juizados especiais / somatório dos casos novos de execução no 1º grau e juizados especiais no ano em análise e os casos pendentes de execução do 1º grau e juizados especiais no ano anterior.

DESEMPENHO

Em 2010 a Taxa de Congestionamento na Fase de Execução registrou 5,7 p.p acima do índice esperado (59,1%); em 2011 registrou 19,2 p.p acima do índice esperado (55,1%); em 2012 ficou 26,6 p.p acima do índice esperado (51,1%); em 2013 ficou 26,9 p.p acima do índice esperado (47,1%) e em 2014 (estimado) 72%, o que significa 31,9 p.p acima do índice esperado, ou seja, a meta de reduzir a Taxa de Congestionamento na Fase de Execução em 4 pontos percentuais ao ano não foi alcançada, assim como a meta de reduzir a respectiva taxa em 20 pontos percentuais no total dos cinco anos.

Ressalta-se que, embora o resultado de 2014 (72%) tenha ficado acima do esperado, observa-se um congestionamento inferior do que a média registrada nos três anos anteriores.

**TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO
(1º GRAU, 2º GRAU E JUIZADOS ESPECIAIS)
2010-2014**

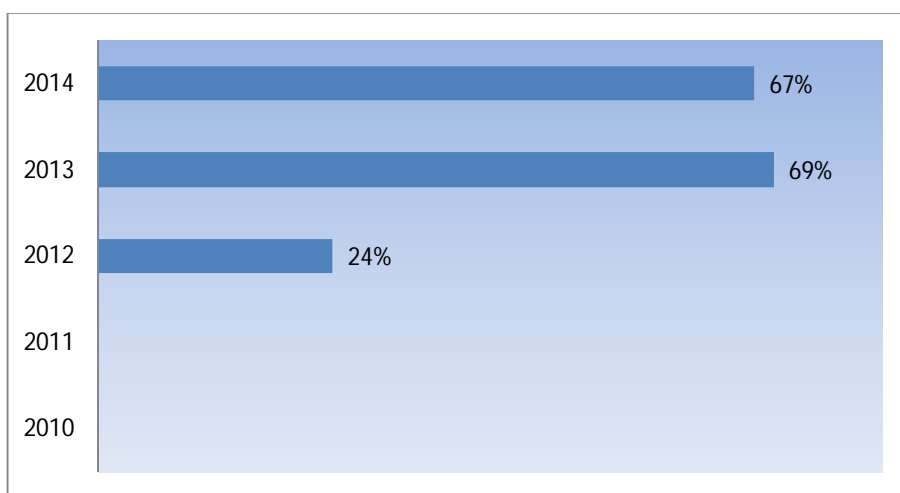


TEMA:	Acesso ao sistema de justiça
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3:	Promover a efetividade na solução de conflitos fundiários urbanos e rurais
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Disponibilizar os meios e instrumentos necessários para agilizar a solução dos conflitos fundiários urbanos e rurais, no âmbito do Poder Judiciário. Observa-se grande número de invasões de áreas já identificadas com conflitos instalados e o excessivo tempo para a efetiva execução das sentenças, agravando os conflitos sociais.
META:	Alcance de 50% de resolutividade das ações de conflito fundiário, sendo 10% a.a.
INDICADOR	Índice de resolutividade das ações de conflito fundiário, sendo 10% a.a.
Fórmula de cálculo:	Total de ações de natureza fundiária sentenciadas com execução efetivada no ano / total de ações que ingressaram no ano

DESEMPENHO

Em 2012 o Índice de Resolutividade de Ações de Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais ficou 5% abaixo do índice esperado (30%); em 2013 ficou 21% acima do índice esperado (40%) e em 2014 ficou 11% acima do índice esperado (50%). Deste modo, depreende-se que a meta de obter a resolutividade de ações de conflito fundiário em 10 % a.a, foi obtida nos anos de 2013 e 2014.

ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE DE AÇÕES DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS E RURAIS 2010-2014



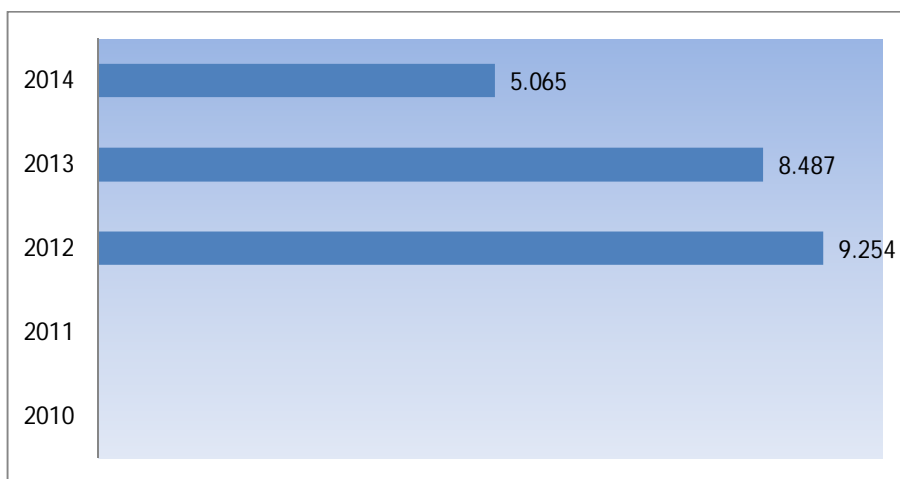
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Responsabilidade Social
OBJETIVO ESTRATÉGICO:	Promover a cidadania
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.
META:	Aumentar em 25% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, sendo 5% a.a.
INDICADOR	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais
Fórmula de cálculo:	Total de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

No período de 2012 a 2014 (dados até outubro), o indicador que mensura o total de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais superou a previsão em 279%, demonstrando a efetiva atuação do TJPA no atendimento de projetos de cunho social. O índice apurado envolve as pessoas beneficiadas pelas ações da Casa da Justiça e Cidadania e Começar de novo.

**NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS
2010-2014**



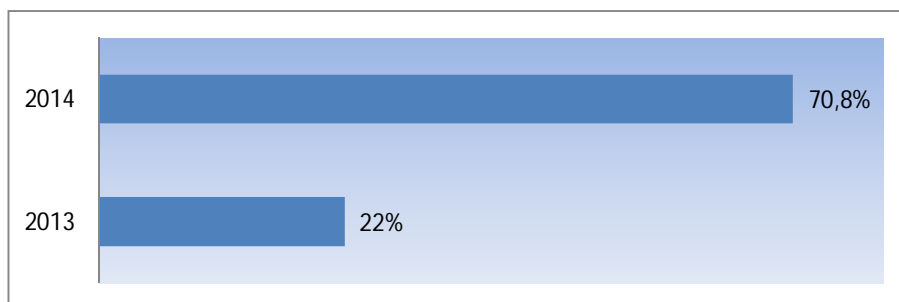
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Alinhamento e integração
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Poder Judiciário Estadual
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Garantir que as unidades judiciais e administrativas tenham sua gestão alinhada ao planejamento estratégico do Poder Judiciário Estadual e Nacional, visando a alcançar os objetivos propostos.
META:	Obter 80% a.a de sucesso na execução de projetos estratégicos.
INDICADOR:	Índice de execução das ações com foco no planejamento estratégico.
Fórmula de cálculo:	Número de ações realizadas pautadas no plano estratégico do poder judiciário / número total de ações programadas do plano estratégico.

DESEMPENHO

A partir da implantação do Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN) no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com envolvimento estratégico de 30 setores do Tribunal de Justiça com 113 ações, constantes no Plano de Gestão 2013-2015. Em 2013 e 2014, o índice ficou em 22% e 70,8%, respectivamente, das ações do Plano de Gestão pautadas no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário foram realizadas, abaixo da meta estabelecida de obter 80% a.a de execução dos projetos estratégicos.

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES COM FOCO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2013-2014



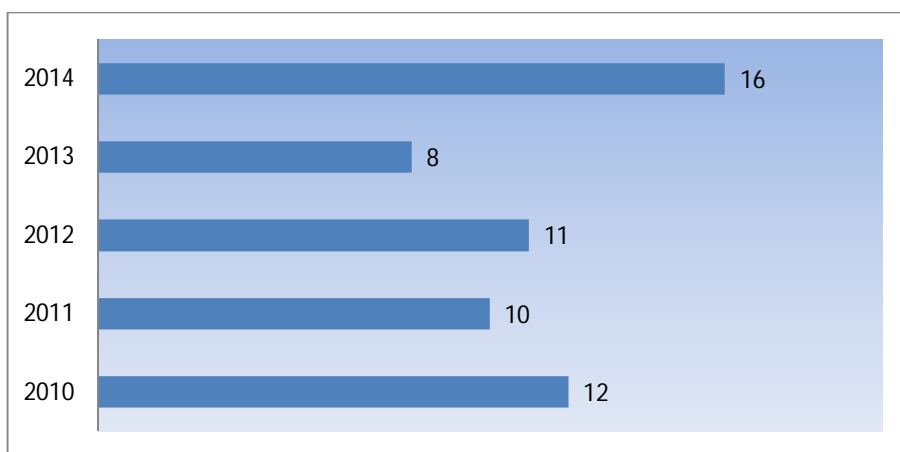
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Alinhamento e integração
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Fomentar a interação e a troca de experiências entre as diversas comarcas do estado e com outros tribunais
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Buscar a integração entre Comarcas e demais Tribunais para troca de experiências e projetos que viabilizem os objetivos comuns.
META:	Realizar 10 parcerias com foco na troca de boas práticas para o poder judiciário estadual, sendo 2 parcerias por ano.
INDICADOR	Número de parcerias estabelecidas entre os Tribunais, Instituições e outros setores.
Fórmula de cálculo:	Somatório de parcerias realizadas anualmente para troca de boas práticas, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Em 2010, o Número de Parcerias estabelecidas entre os Tribunais, instituições e outros setores ficou 600% acima da meta esperada de duas parcerias; em 2011 ficou 500% acima da meta esperada de duas parcerias; em 2012 ficou 550% acima da meta esperada de duas parcerias; em 2013 ficou 350% acima da meta esperada de duas parcerias e em 2014 ficou 700% acima da meta esperada de duas parcerias. Deste modo, a meta de realizar 10 parcerias, sendo duas ao ano, com foco na troca de boas práticas para o Poder Judiciário Estadual, foi alcançada.

NÚMERO DE PARCERIAS ESTABELECIDAS ENTRE OS TRIBUNAIS, INSTITUIÇÕES E OUTROS SETORES 2010-2014



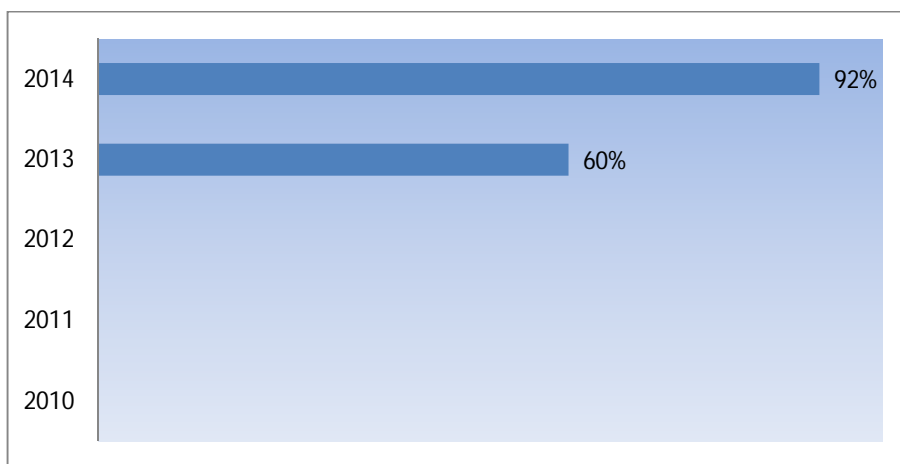
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Atuação institucional
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:	Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, instituições e setores de diferentes níveis.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Promover o fortalecimento e harmonização das relações do Poder Judiciário Estadual com os Poderes Executivo, Legislativo e estabelecer parcerias institucionais com os órgãos do Sistema de Justiça – Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil e entidades públicas e privadas para o alcance da estratégia.
META:	Aumentar para 95% o índice de parcerias estratégicas, sendo 1% a.a.¹.
INDICADOR	Índice de execução das ações com foco no planejamento estratégico.
Fórmula de cálculo:	Número de ações realizadas pautadas no plano estratégico do poder judiciário / número total de ações programadas do plano estratégico.

DESEMPENHO

Em 2013, o Índice de Efetivação de Resultados Cooperativos, ficou 17% abaixo do índice esperado para aquele ano (94%) e em 2014, ficou 1,5% abaixo do índice esperado para aquele ano (95%). Deste modo, a meta de aumentar para 95% o índice de Parcerias Estratégicas, sendo 1% a.a, não foi alcançada.

ÍNDICE DE EFETIVAÇÃO DE RESULTADOS COOPERATIVOS 2010-2014



Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Atuação institucional
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Disseminar valores éticos e morais por meio da atuação institucional.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Valorizar e difundir práticas que fomentem os valores éticos e morais no âmbito do Poder Judiciário.
META:	Aumentar 50% o número de ações relacionadas a disseminação de valores éticos e morais, mensurado anualmente.
INDICADOR	Índice de promoção de valores éticos e morais.
Fórmula de cálculo:	Número total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

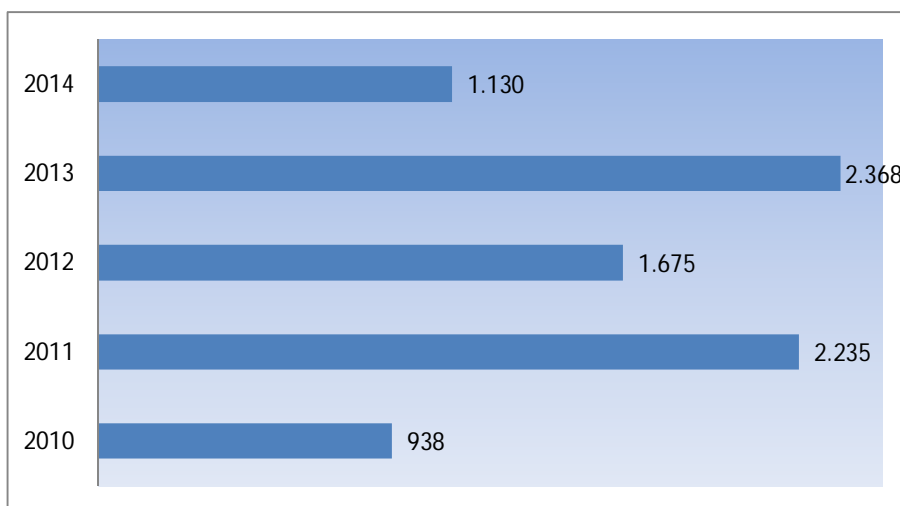
Indicador sem mensuração, tendo em vista a subjetividade, o que dificulta a apuração.

TEMA:	Atuação institucional
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3:	Aprimorar a comunicação com o público externo.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Aprimorar a forma de comunicação com o público externo, fazendo divulgar de modo transparente e acessível, às ações, informações e dados relativos às atividades inerentes a sua missão.
META:	Aumentar 10% o número de inserções institucionais na mídia, sendo 2% a.a.
INDICADOR	Índice de inserções institucionais na mídia.
Fórmula de cálculo:	Quantidade de inserções na mídia por período, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Em 2010 o número de inserções institucionais na mídia ficou 3,99% acima do índice esperado (902); em 2011 ficou 142,93% acima do índice esperado (920); em 2012 ficou 78,57% acima do índice esperado (938), em 2013 ficou 147,44% acima do índice esperado (957) e em 2014 ficou 15,78% acima do índice esperado (976), ou seja, a meta de aumentar, por ano, 2% o número de inserções institucionais na mídia foi alcançada, assim como a meta de aumentar, no total dos cinco anos, 10% o respectivo número.

ÍNDICE DE INSERÇÕES INSTITUCIONAIS NA MÍDIA 2010-2014



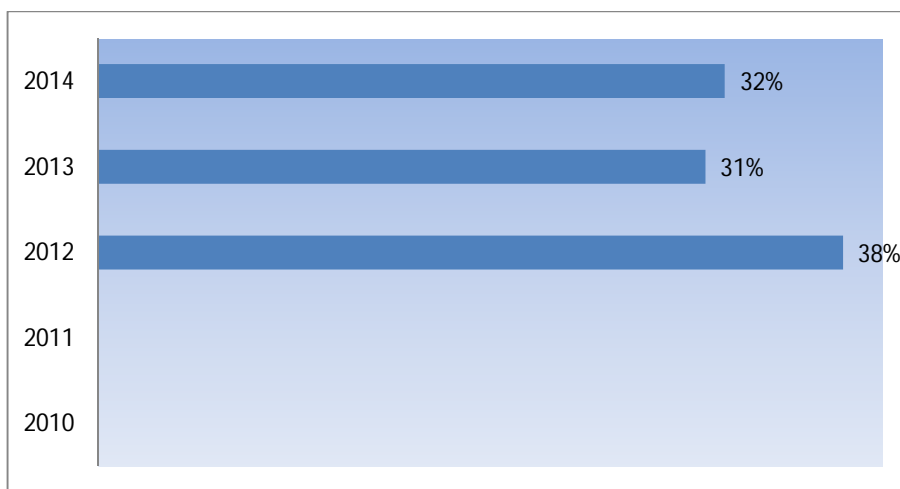
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Gestão de Pessoas
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:	Desenvolver conhecimentos e habilidade de magistrados e servidores com valorização e comprometimento para o alcance dos objetivos institucionais.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Assegurar que magistrados e servidores adquiram conhecimentos, e habilidades, valorizando atitudes e ações de comprometimento com o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.
META:	Aumentar para 30% o índice de capacitação nas competências estratégicas, sendo em 2% no primeiro ano e em 1% em cada ano restante.
INDICADOR	Índice de capacitação nas competências estratégicas
Fórmula de cálculo:	Percentual (%) entre as pessoas treinadas nas competências estratégicas / total de pessoas, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Em 2012 o Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas ficou 8% acima do índice esperado (28%); em 2013 ficou 2% acima do índice esperado (29%) e em 2014 ficou 2% acima do índice esperado (30%). Assim sendo, a meta de aumentar para 30% o Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas foi alcançada.

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS 2010-2014



Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Gestão de Pessoas
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Garantir a infraestrutura necessária à gestão de recursos humanos.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Prover os meios necessários para a gestão de recursos humanos.
META:	Aumentar para 95% o índice de execução das ações de infraestrutura, sendo 9% a.a. nos dois primeiros anos, 4% a.a. nos terceiro e quarto ano e 2% no quinto ano.
INDICADOR	Índice de avaliação da infraestrutura.
Fórmula de cálculo:	Número de ações realizadas / número relações previstas, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

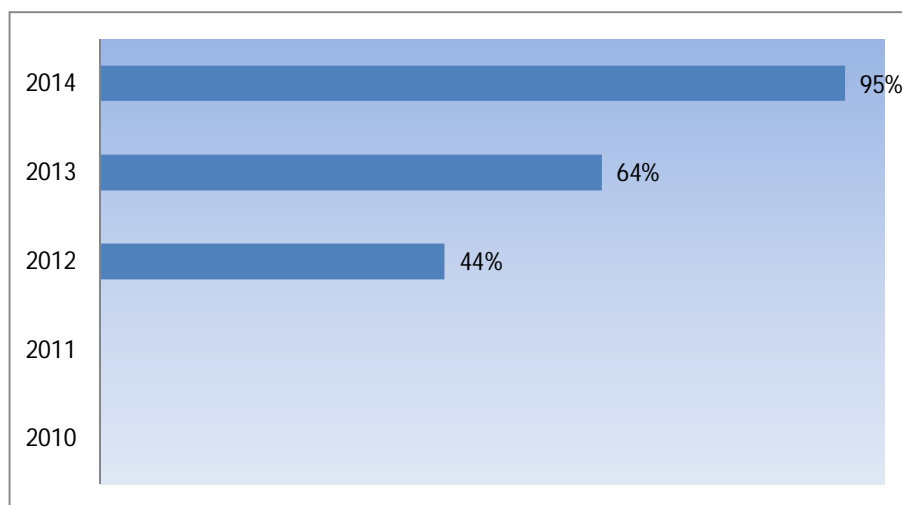
Indicador sem mensuração, tendo em vista a subjetividade e ainda ausência de dados para a aferição.

TEMA:	Infraestrutura e Tecnologia da Informação
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1:	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Edificar e reformar os prédios do Poder Judiciário de modo a assegurar instalações adequadas para as atividades administrativas e judiciais.
META:	Adequar 35% dos imóveis até 2014, sendo 9% em 2010, 7% em 2011, 2012, 2013 e 5% em 2014.*
INDICADOR	Coeficiente de edificação e/ou reformas executadas por imóvel do Poder Judiciário
Fórmula de cálculo:	Quantidade de imóveis adequados às atividades administrativas e judiciais / quantidade total de imóveis do poder judiciário, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Em 2012 o Coeficiente de Edificação e/ou Reformas Executadas por Imóvel do Poder Judiciário, ficou 8% acima do índice esperado (33%); em 2013 ficou 17% acima do índice esperado (40%) e em 2014 ficou 34% acima do índice esperado (45%). Deste modo, tem-se que a meta de adequar os imóveis foi alcançada.

COEFICIENTE DE EDIFICAÇÃO E/OU REFORMAS EXECUTADAS POR IMÓVEL DO PODER JUDICIÁRIO 2010-2014



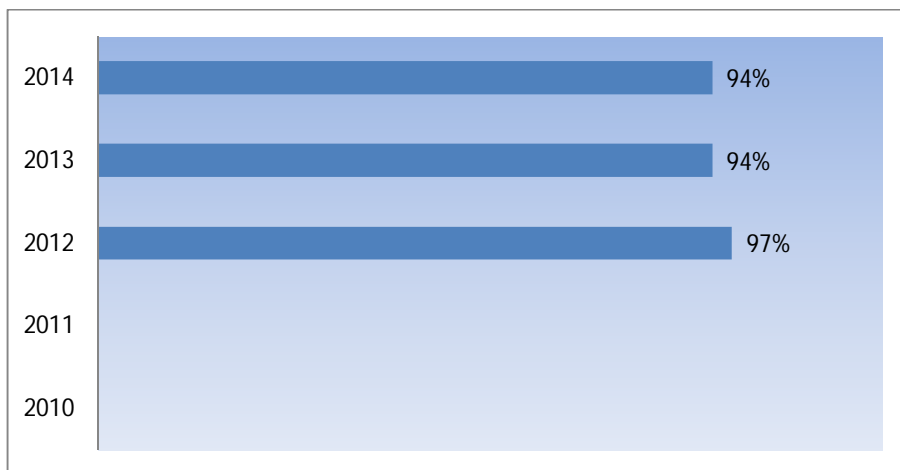
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Infraestrutura e Tecnologia da Informação
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Garantir a disponibilidade e prover ao usuário de sistemas de software e hardware seja através da manutenção e ou de novos serviços, que garantam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação.
META:	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014, sendo 95% em 2010, 98% em 2011, e 99% nos demais anos.
INDICADOR	Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia
Fórmula de cálculo:	Tempo de disponibilidade de equipamentos / tempo total do período, mensurado mensalmente.

DESEMPENHO

Em 2012 o Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos e Tecnologia ficou 1% abaixo do índice esperado (99%); em 2013 ficou 3% abaixo do índice esperado (99%) e em 2014 também ficou 3% acima do índice esperado (99%), concluindo-se, portanto, que a meta de aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos até 2014 não foi alcançada.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA 2010-2014



Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Infraestrutura e Tecnologia da Informação
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2:	Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Garantir a disponibilidade e prover ao usuário de sistemas de software e hardware seja através da manutenção e ou de novos serviços, que garantam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação.
META:	Aumentar para 97% o índice de disponibilização de sistemas até 2014, sendo 88% em 2010, 92% em 2011, 94% em 2012, 96% em 2013 e 97% em 2014.
INDICADOR	Índice de disponibilidade de sistemas on-line.
Fórmula de cálculo:	Tempo de disponibilidade do sistema / tempo total do período

DESEMPENHO

Em 2013 o índice de disponibilidade de sistema on-line alcançou 97% de disponibilidade entre os sistemas aos seus usuários, representando 0,51% acima da meta estimada para 2013.

**ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS ON-LINE
2010-2014**



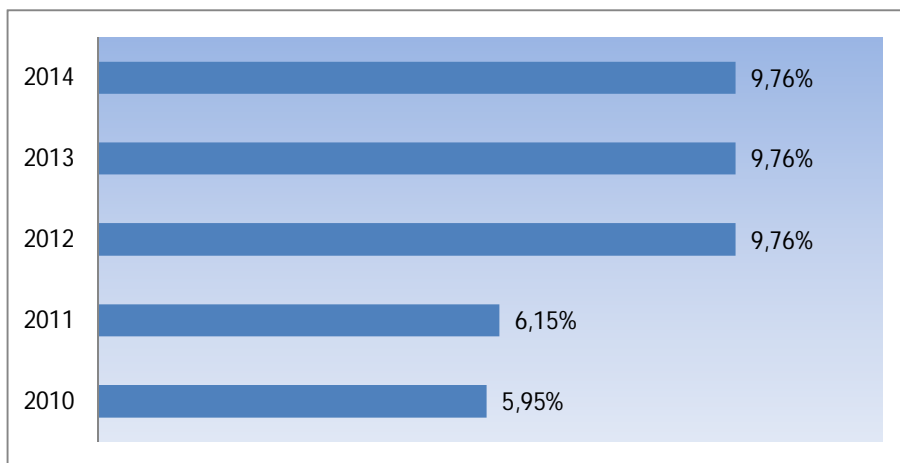
Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

TEMA:	Orçamento
OBJETIVO ESTRATÉGICO:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégica.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Promover ações visando assegurar recursos que viabilizem a execução do Planejamento Estratégico.
META:	Aumentar o percentual de participação do Poder Judiciário na RRI de 5,95% para 7% até 2014.
INDICADOR	Percentual de participação do Poder Judiciário na RRI (Receita Resultante de Impostos) do Estado.
Fórmula de cálculo:	Percentual de participação do poder judiciário na RRI (receita resultante de impostos), do Estado, mensurado quadrimestralmente.

DESEMPENHO

Em 2014 o percentual de participação do Poder Judiciário na RRI, permaneceu em 9,76%, este resultado confirma a meta alcança em 2012 quando saiu de 6,15% para 9,76%, ficando 2,6% acima da meta estipulada.

**PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA RRI
(RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS) DO ESTADO
2010-2014**



Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística

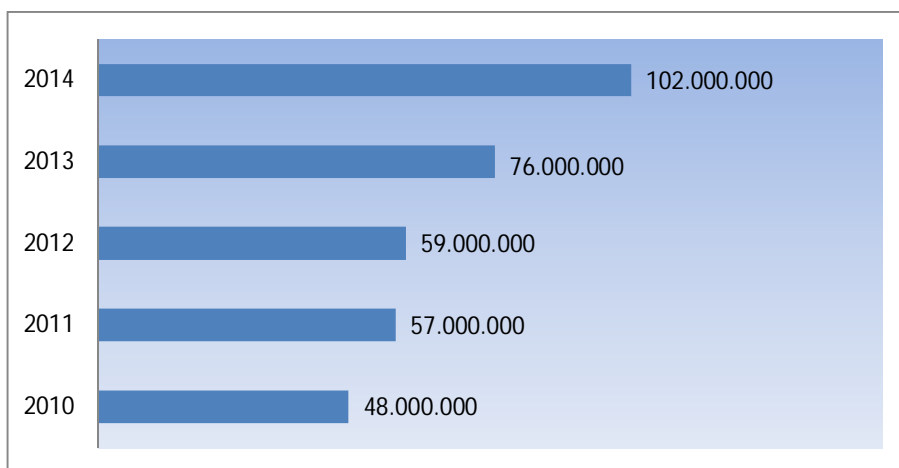
TEMA:	Orçamento
OBJETIVO ESTRATÉGICO:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégica.
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO:	Promover ações visando assegurar recursos que viabilizem a execução do Planejamento Estratégico.
META:	Aumentar a arrecadação do FRJ em 60%, sendo 10% no primeiro ano, 11% no segundo ano, 12% no terceiro ano, 13% no quarto ano e 14% no quinto ano.
INDICADOR	Evolução de arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário
Fórmula de cálculo:	Evolução de arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, mensurado anualmente.

DESEMPENHO

Com base em dados estimados, a Receita tributária do FRJ irá alcançar a soma de 102 milhões de reais em 2014, com crescimento de mais de 34% sobre 2013, percentual bem acima do esperado (que era de 14%).

Na soma dos cinco anos considerados foi registrado expansão de mais de 112% (de 48 para 102 milhões de reais), resultado duas vezes superior ao esperado, 60%.

**EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO FRJ
(FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO)
2010-2014**



Fonte: TJPA/SEPLAN/Coordenadoria de Estatística